

# **NÃO PINTCHA**

ORGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 8713/3726/3728 — BISSAU

## TERMINOU A CIMEIRA DOS "CINCO"



## APROVADO PROGRAMA DE ACÇÃO PARA 84

A IV Conferência-Cimeira de Chefes de Estado dos cinco países de expressão oficial portuguesa terminou os seus trabalhos na manhã de terça-feira, nesta capital, com a aprovação da declaração final e do programa de acção para o ano de 1984, documentos esses considerados de grande importância para uma maior dinâmica da organização.

Na alocução proferida no acto do encerramento, o General de Divisão, João Bernardo Vieira, Presidente da Conferência, declarou-se certo de terem «marcado de forma ainda mais sólida os laços de fraternidade histórica» que unem os nossos países, ao mesmo tempo que ressaltava o facto de «a prática destas concertações se transformar cada vez mais numa institucionalização da nossa vontade de agir em comum».

O programa de acção aprovado pela Cimeira para o ano de 1984 contém as linhas de orientação para as acções a serem levados a cabo pelas diversas instituições, particularmente nos domínios de transportes, direito, justiça e administração, formação de quadros, comércio externo, finanças, banca e seguros.

Por seu turno, o Presidente José Eduardo dos Santos, da República Popular de Angola, ao falar em nome dos seus colegas (discurso esse que publicamos noutra local, bem como a alocução do Presidente Bernardo Vieira e os documentos finais), agradeceu a hospitalidade, cordialidade e fraternidade encontradas ao longo da estadia-tadia.

Os quatro presidentes deixaram Bissau na tarde de terça-feira com destino aos seus países, salvo o Presidente angolano, que se deslocou a Conakry, para uma visita de trabalho.

### MENSAGENS A BENDJEDID MANGISTU E EANES

Os cinco Chefes de Estado endereçaram duas mensagens de felicitações aos seus homólogos argelino e etíope. A mensagem enviada ao Secretário-Geral da Frente de Libertação Nacional argelino Chadli Benjedid, por a realização da Cimeira coincidir com o decorrer do V Congresso da FLN em Argel.

O telegrama endereçado ao Presidente em exercício da OUA, Mengistu Haile Marien realça a acção dinâmica e os esforços incansáveis que tem empreendido para a aplicação das resoluções adoptadas pela 19.ª Cimeira da OUA.

Os Presidentes Eduardo dos Santos, Aristides Pereira, Bernardo Vieira, Samora Machel e Manuel Pinto da Costa, enviaram também uma mensagem ao Chefe de Estado português, Ramalho Eanes, em agradecimento do telegrama que enviou à Cimeira.

### TIMOR: OFENSIVA DIPLOMÁTICA



Os «cinco» irão emprender uma ofensiva diplomática sobre a causa do povo de Timor Leste, decidiu a Cimeira, que também exortou o Governo português a assumir integralmente as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas em relação à questão daquele território.

A IV Cimeira apoia ainda a proposta de paz apresentada pela FRETILIN ao governo indonésio e lançou um apelo ao Secretário-Geral da ONU no sentido de levar a cabo o mandato que lhe foi atribuído pela 37.ª Assembleia Geral e exigiu a retirada imediata e incondicional do exército indonésio de Timor-Leste.

# Declaração final

1. — A IV Conferência dos Chefes de Estado da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe realizou-se nos dias 18 a 20 de Dezembro de 1983, em Bissau, sob a Presidência de Sua Excelência o General de Divisão João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução da República da Guiné-Bissau.

2. — A IV Conferência reuniu-se num momento particularmente difícil da conjuntura internacional, caracterizada por uma crise sem precedentes com efeitos nefastos sobre a situação política, económica e social dos países em desenvolvimento, em especial sobre a situação dos cinco países, não obstante as múltiplas tentativas com vista a encontrar soluções para os principais problemas mundiais.

3. — Os Chefes de Estado faziam-se acompanhar de importantes delegações governamentais.

4. — Na sessão inaugural, S.E. General de Divisão João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução da República da Guiné-Bissau, pronunciou um brilhante discurso, no qual realçou a importância da realização desta reunião de concertação num momento crucial da vida dos cinco países, sublinhando o carácter primordial da unidade para o sucesso da luta comum travada por estes países contra o subdesenvolvimento e pela salvaguarda da independência nacional, da soberania e das conquistas do processo revolucionário em curso nos seus países e levado a cabo pelos seus respectivos povos.

5. — No acto inaugural, os Chefes de Estado guardaram um minuto de silêncio em honra da memória de Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e de todos os mártires das heróicas lutas de libertação dos povos irmãos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

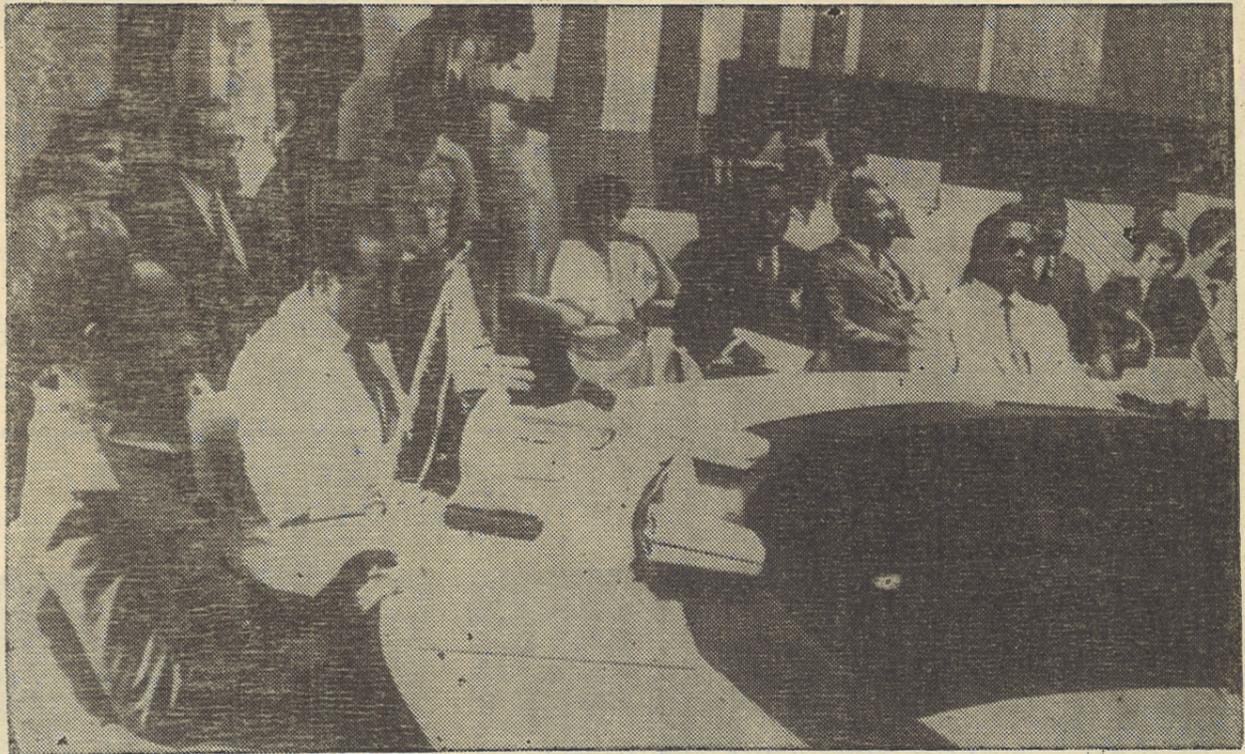
6. — Os Chefes de Estado depositaram coroas de flores no Mausoléu de Amílcar Cabral, na Fortaleza da Amura, e prestaram uma sentida homenagem à memória do Fundador da Nacionalidade Guineense e Caboverdiana, Camarada Amílcar Cabral, e de outros heróis da Luta de Libertação Nacional conduzida pelo PAIGC.

7. — A Conferência aprovou a Ordem do Dia contendo os seguintes itens:

1. Organização dos Trabalhos
2. Apreciação dos relatórios do Ministro Coordenador cessante e do Ministro Coordenador da Comissão Ministerial Preparatória da IV Cimeira.
3. Informação Geral sobre a situação em cada um dos países
4. Análise da situação internacional
5. Data e local da próxima Cimeira
6. Adopção da Declaração final
7. Encerramento da Conferência

8. — Os Chefes de Estado procederam a uma detalhada troca de informações sobre a situação em cada um dos seus países. Por outro lado, reiteraram a sua convicção de que os laços de amizade e solidariedade já cimentados entre os respectivos povos constituem um valioso património e uma fonte inesgotável de coragem, unidade e determinação que importa reforçar em prol da consolidação da independência e da luta comum e tenaz contra o subdesenvolvimento.

9. — Tendo realçado os resultados positivos alcançados nas relações entre os cinco países desde Maio de 1976, data em que se realizou a Conferência Ministerial de S. Tomé e Príncipe, e considerando o relatório do Ministro Coordenador cessante, S.E. Silvino da Luz, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde, sobre as actividades da Comissão Ministerial, a Conferência efectuou um balanço aprofundado das acções realizadas no quadro da cooperação multilateral.



10. — Os cinco Chefes de Estado, após terem aprovado os relatórios e programa da Comissão Ministerial, decidiram, nomeadamente, recomendar a execução, em 1984, das seguintes orientações, para a sua cooperação:

a) — Utilização racional e a mais intensiva possível das capacidades de formação disponíveis em cada um dos países, possibilitando a criação da força de trabalho qualificada necessária ao desenvolvimento dos cinco;

b) — Activação dos mecanismos que permitam a criação de uma instituição financeira comum que ao nível dos cinco permita o necessário relacionamento, nessa área, com terceiros, concertando as intervenções nos mercados financeiros internacionais;

c) — Promoção do desenvolvimento das trocas comerciais entre os cinco países e a rentabilização dos meios de transporte aéreo e marítimo bem como das infra-estruturas portuárias, de reparação naval, adoptando para o efeito, sempre que possível, soluções de carácter empresarial que viabilizem as operações mercantis;

11. — Os Chefes de Estado congratularam-se pela maneira como tem vindo a desenvolver-se as relações privilegiadas de cooperação multiforme entre os seus países após o seu acesso à independência, bem como pela vontade inequívoca de cada um dos cinco Estados em velar por uma maior concretização das acções de cooperação nos diversos domínios.

12. — Tendo analisado os nefastos efeitos causados pela seca à economia dos seus países, os Chefes de Estado manifestaram o seu apreço à resposta positiva da Comunidade Internacional, tendo-a exortado a intensificar a ajuda dos cinco países de modo a permitir-lhes enfrentar com êxito a dramática situação com que se vêem confrontados.

13. — A Cooperação político-diplomática entre os cinco países mereceu um interesse e uma análise particulares por parte dos Chefes de Estado. Tendo reafirmado as posições assumidas nas Conferências anteriores e constatado a necessidade do reforço da concertação entre os cinco países no plano diplomático, os Chefes de Estado decidiram recomendar acções concretas nesse sentido e designadamente o aproveitamento comum das representações diplomáticas e consulares, quando necessário, a intensificação da coordenação a nível de organizações intencionais e a celebração de acordos entre os respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros ou das Relações Exteriores.

14. — A Conferência sublinhou, uma vez mais, a importância da utilização da língua portuguesa nas organizações internacionais como língua de trabalho.

15. — Os Chefes de Estado manifestaram o seu apreço pelos significativos passos já dados no sentido da efectivação das recomendações emanadas, a este respeito, da III Conferência, bem como pela receptividade demonstrada por Portugal, pelo Brasil e pela UNESCO,

16. — Procedendo à análise da situação política mundial, os Chefes de Estado manifestaram a sua profunda preocupação face à multiplicação alarmante de crises e conflitos internacionais originados pelo crescente uso da força nas relações entre Estados e do desrespeito pelas normas e princípios do Direito Internacional, perigando as instituições e instrumentos criados pela Comunidade Internacional para assegurar a manutenção da paz e da segurança e pondo em causa o próprio futuro da humanidade;

17. — De acordo com os princípios que sempre defenderam e os ideais que nortearam as lutas de libertação nacional levadas a cabo pelos seus respectivos povos, os Chefes de Estado realçaram a importância da problemática da paz, da independência, do desarmamento, do desenvolvimento e da cooperação internacional, questões fundamentais no estado actual de evolução da sociedade internacional.

18. — Ao proceder à análise da situação internacional, os Chefes de Estado dedicaram uma atenção especial à África Austral. Neste contexto, reafirmaram que a situação explosiva prevalecente naquela região constitui um perigoso foco de tensão que ameaça gravemente a paz e segurança internacionais.

19. — Os Chefes de Estado exprimiram a convicção de que o responsável por esta situação é o regime racista e minoritário da África do Sul que ocupa ilegalmente a Namíbia, executa a política desumana do Apartheid, agride e desestabiliza os países independentes e soberanos da região.

20. — Em relação à Namíbia, os Chefes de Estado exigiram a implementação imediata e incondicional da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança e o plano nela contido para a independência deste território, como a única base para a solução pacífica do conflito. Reiteraram a sua rejeição da absurda ligação ou paralelismo entre a independência da Namíbia e a retirada das forças internacionalistas cubanas do território soberano da República Popular de Angola, o que constitui uma inaceitável ingerência nos assuntos internos da República Popular de Angola. Consideraram que essa ligação é um obstáculo deliberado no já amplo leque de pretextos ilegítimos avançados pelo regime racista de Pretória, em cumplicidade com os seus principais aliados, com vista a impedir a libertação deste território, permitindo deste modo

Continua na Pág. 3)

# Declaração final

(Continuação da pág. 2)

a actividade ilícita de interesses estrangeiros e a pilhagem das riquezas e recursos naturais da Namíbia.

21. — A Conferência manifestou o seu apreço pelos esforços dispendidos pelo Secretário Geral das Nações Unidas, tendentes ao alcance da independência da Namíbia.

22. — Face à intransigência da África do Sul na manutenção do sistema do apartheid e da sua recusa obstinada em implementar a Resolução 435, os Chefes de Estado reiteraram a necessidade de aplicação urgente de sanções globais e obrigatórias pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, à luz do capítulo VII da Carta da ONU.

23. — A Conferência condenou veementemente a invasão e ocupação de parte do território da República Popular de Angola pelas tropas racistas sul-africanas, em flagrante desrespeito pela soberania do povo angolano e pelas normas do Direito Internacional e exigiu a sua retirada imediata e incondicional. Condenou igualmente o fomento e utilização de grupos fantoches pelo grupo do apartheid, como factor de desestabilização da República Popular de Angola.

24. — Os Chefes de Estado saudaram o apoio militante e abnegado prestado pela República Popular de Angola à luta de libertação do povo namíbio e à SWAPO, seu único e legítimo representante. Face ao enorme peso suportado por Angola em consequência deste apoio, peso esse que se vem traduzindo em milhares de vidas humanas perdidas e em elevados prejuízos materiais, apelaram à comunidade africana, em particular, e internacional, em geral, para que assuma devidamente as suas responsabilidades e engagements, concedendo toda a assistência material e financeira necessária à República Popular de Angola.

25. — Reafirmaram por outro lado a sua solidariedade incondicional para com a justa luta do povo sul-africano conduzida pelo ANC, seu único e legítimo representante e saudaram calorosamente a intensificação da luta para a eliminação do siste-



ma do apartheid e pela construção de uma sociedade democrática e de justiça social, livre do racismo e da discriminação racial onde impere a igualdade e a fraternidade.

26. — Os Chefes de Estado apelaram a todos os membros de comunidade internacional a rejeitar as pretensas transformações operadas pelo regime racista, em particular as tão apregoadas reformas constitucionais que mais não visam senão mascarar a natureza do apartheid perpetuando-o, e demonstram a inconsistência e a decadência desse abominável regime.

27. — Os cinco Chefes de Estado condenaram os contínuos actos de agressão e de desestabiliza-

ção perpetrados pela África do Sul contra os países da Linha da Frente.

28. — A Conferência condenou vigorosamente os actos de agressão e de violação da integridade territorial levados a cabo contra a República Popular de Moçambique pelo regime nazi-racista de Pretória. Repudiou em particular o bombardeamento aéreo da cidade de Matola, realizado em 23 de Maio de 1983 pelo exército racista da África do Sul, que se traduziu em perda de vidas inocentes, de crianças, mulheres e outros cidadãos pacíficos e trabalhadores.

29. — Os Chefes de Estado condenaram muito especialmente os actos belicistas do regime de Pretória que recruta, treina, equipa, abastece e financia bandidos armados que infiltra no território soberano da República Popular de Moçambique, visando, com isso, sabotar a consolidação da sua independência económica bem como a edificação, na paz, do sistema político livremente escolhido pelo povo moçambicano.

30. — Os Chefes de Estado saudaram os países da Linha da Frente pela solidariedade militante pelo apoio indefectível que têm concedido à justa luta dos povos namíbio e sul-africano e lançaram um veemente apelo à comunidade internacional para que incremente a sua ajuda àqueles países.

31. — Na mesma ordem de ideias, a Conferência manifestou o seu apreço pelo papel desempenhado pela S.A.D.C.C. enquanto instrumento de emancipação económica dos povos da África Austral.

32. — Tendo examinado a questão do Sahara Ocidental, à luz dos acontecimentos mais recentes e reafirmando o seu total apoio à luta do povo Saharaoui pela afirmação do seu direito inalienável de dispor livremente do seu destino, bem como a legitimidade da admissão da República Árabe Saharaoui Democrática como membro de pleno direito na OUA, os Chefes de Estado saudaram a contribuição positiva dada pela 19.ª Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da OUA na procura de uma solução justa e definitiva desta questão.

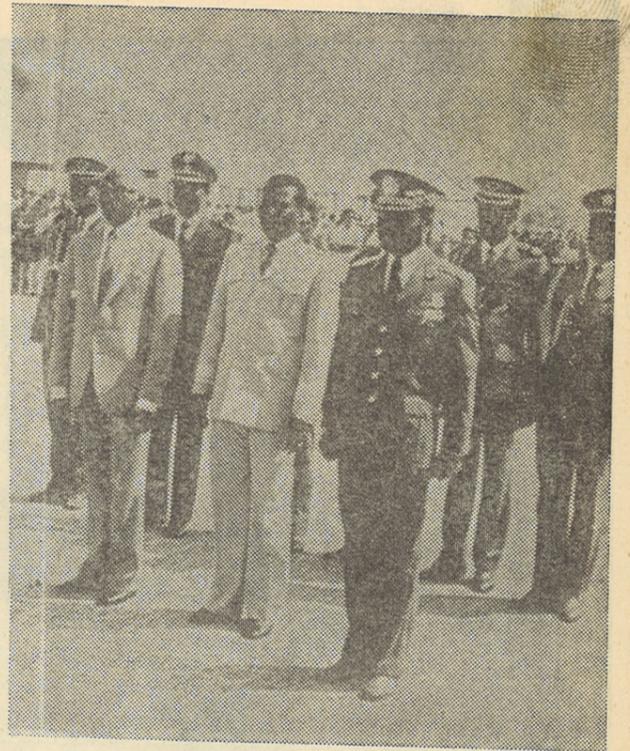
33. — Tendo constatado com profunda inquietação a persistente recusa do Reino de Marrocos em encetar negociações directas com a Frente Polisário, de acordo com a Resolução AHG/104 (XIX) sobre o Sahara Ocidental adoptada na 19.ª Cimeira da organização continental africana e com as Resoluções pertinentes da ONU, a Conferência exortou a parte marroquina a agir em conformidade com as referidas Resoluções, que implicam nomeadamente o cessar-fogo e a realização de um referendo de autodeterminação permitindo, desse modo, a expressão livre da vontade soberana do novo saharauí.

34. — Sobre a dramática situação que prevalece no Chade, os Chefes de Estado reiteraram o seu apoio à Resolução da 19.ª Cimeira da OUA e apelaram para o respeito estrito da independência nacional e da integridade territorial deste país africano, convidando as partes em conflito a encetar negociações construtivas com vista à solução pacífica das divergências que as opõem, sem ingerência de forças estrangeiras.

35. — Os Chefes de Estado saudaram a realização da 19.ª Cimeira da OUA como um inegável sinal de retorno da organização continental africana à normalização do seu funcionamento. Sublinharam o papel pioneiro desempenhado pela OUA como instrumento fundamental no processo da libertação total do continente africano, na consolidação da paz e na promoção do desenvolvimento económico-social para os seus povos, e a necessidade do reforço constante da sua coesão interna e da sua capacidade de acção na busca de soluções aos problemas do continente.

36. — Debruçando-se sobre a situação de Timor Leste, os Chefes de Estado reiteraram a sua firme condenação do regime da Indonésia pela invasão e ocupação do território de Timor Leste, pelo genocídio que vem levando a cabo contra o povo maubere, bem como pelo rompimento unilateral do cessar-fogo acordado com a FRETILIN em Lari-guto, a 23 de Março de 1983.

A Conferência exigiu a retirada imediata e incondicional do exército indonésio e o fim das



medidas restritivas impostas às organizações humanitárias internacionais pelo regime indonésio em Timor Leste.

37. — A Conferência reafirmou o seu total apoio à proposta de paz apresentada pela FRETILIN ao Governo indonésio e apelou para a sua imediata aplicação.

38. — A Conferência lançou ainda um apelo ao Secretário Geral das Nações Unidas no sentido de levar a cabo o mandato que lhe foi atribuído pela 37.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Por outro lado, exortou insistentemente o Governo português a assumir integralmente as suas responsabilidades históricas, políticas e jurídicas em relação à questão de Timor Leste para, em conjunto com a FRETILIN, encontrar a justa solução do conflito.

39. — Os Chefes de Estado reiteraram o seu apoio total às Resoluções 384 (75) e 389 (76) do Conselho de Segurança da ONU, bem como outras Resoluções deste organismo sobre a questão, e sublinharam o seu apoio incondicional e indefectível à justa luta do povo maubere sob a direcção da FRETILIN, seu único e legítimo representante, para a constituição de uma pátria livre, independente e soberana.

40. — Os Chefes de Estado debruçaram-se com particular interesse sobre a situação no Médio Oriente e exprimiram a sua convicção de que nenhuma solução duradoura poderá ser encontrada sem prévia solução da questão palestina. Reiteraram o seu apoio incondicional à luta do povo palestino, sob a direcção do seu único e legítimo representante, a OLP, pela afirmação do direito imprescritível à criação de um Estado independente e soberano.

41. — Face à situação que prevalece no Líbano, a Conferência reafirmou o direito inalienável do povo libanês de preservar a sua independência e de dispor do seu próprio destino e considerou como único meio de salvaguardar a integridade territorial e a soberania deste país, a cessação de toda a ingerência estrangeira nos seus assuntos internos, bem como a retirada de todas as forças estrangeiras do seu território e a criação de condições favoráveis ao diálogo entre as diferentes tendências internas e a reconstrução do país num clima de paz e de estabilidade.

42. — No respeitante à situação na América Central e Caraíbas, a Conferência deplorou profundamente os recentes acontecimentos ocorridos naquela Região do mundo e condenou energicamente a invasão e agressão à Ilha de Granada. Reafirmou, a propósito, a sua adesão aos princípios internacionalmente consagrados de resolução pacífica dos conflitos entre Estados e de não uso da força nas relações internacionais. Sublinhou ainda a importância da estrita observância desses princípios como única forma de preservar a paz e a segurança internacionais.

43. — A Conferência manifestou a sua inquietação pela situação prevalescente na Nicarágua e condenou os actos de agressão e desestabilização contra aquele país, visando aniquilar o processo revolucionário em curso. Manifestou a sua solidariedade para com o povo e Governo nicaraguenses na defesa da sua soberania e integridade territorial.

(continua na pág. 3)



Eis-nos chegados ao termo desta IV Conferência dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe com a plena certeza de haveremos marcado de forma ainda mais sólida os laços de fraternidade histórica que nos unem. O trabalho realizado no quadro deste mosaico político comum, ilustra de forma inequívoca a harmonia e convergência de posições que sempre caracterizaram as nossas relações.

A forma como decorreu o nosso encontro, é sem sombra de dúvida uma reafirmação, alargada a diferentes domínios, dos princípios que têm sempre guiado a nossa determinação conjunta. No entanto, não deixa de ser digno de registo o facto de a prática destas concertações se transformar cada vez mais numa institucionalização da nossa vontade de agir em comum.

A testemunhá-lo, temos as acções de cooperação multilateral entre os cinco países, empreendidas no ano que antecedeu esta Cimeira de Bissau, que contando com a coordenação esclarecida da República de Cabo Verde, na pessoa do Presidente Aristides Pereira constituiu uma valiosa prova da disponibilidade política dos nossos países e povos.

Com a elaboração do Regimento Interno da Comissão Ministerial dos nossos países, demos um passo importante no sentido da materialização das estruturas de apoio da Cimeira.

O balanço dos trabalhos desenvolvidos pelos diferentes órgãos criados pela Cimeira demonstra que existe um conhecimento concreto dos domínios de cooperação, nomeadamente económico e político-diplomático, que interessam aos nossos cinco Estados. O alargamento das acções de cooperação à área cultural e de comunicação social reflecte uma vez mais o dinamismo e a globalidade que soubemos imprimir às nossas relações multilaterais.

A solidéz da nossa concertação assenta na força política das nossas análises e opções, já que, como sublinhámos inúmeras vezes, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe constituem uma família única, nascida da luta contra um inimigo comum e da convergência dos projectos de sociedade pelos quais se batem os nossos povos, assim como a plataforma de coordenação dos nossos Estados é essencialmente definida pelas posições políticas assumidas, e cimentada pela luta comum e pela comunidade cultural.

A troca de experiências levada a cabo durante o decorrer dos nossos trabalhos demonstrou inequívocamente o quanto a visão que é própria a cada um de nós se assemelha, na apreciação dos factos que influenciam a transformação sócio-económica dos nossos países. Esta nossa apreciação amplia-se naturalmente ao que respeita à política internacional e deriva de que o nosso substrato ideológico manifesta-se na concordância viva das posições dos cinco países sobre os problemas candentes da actualidade.

Como oportunamente foi referido, a multiplicação dos focos de tensão no mundo, agrava a já deteriorada situação política do nosso planeta. O desrespeito crescente das normas do direito internacional é o reflexo transparente desta atroz realidade que amea-

ça mesmo o funcionamento e a eficácia de organizações intergovernamentais como a ONU, a OUA ou o Movimento dos Não-Alinhados.

A causa da libertação dos povos, por que se batem vigorosamente as nossas vanguardas revolucionárias, continua a inspirar a solidariedade militante dos nossos povos e países, em relação àqueles que ainda lutam pela conquista dos direitos fundamentais e legítimos de todos os homens.

Como pudemos mais uma vez constatar no decorrer desta IV Cimeira, os povos irmãos de Angola e Moçambique, continuam a ser vítimas das criminosas agressões e tentativas de destabilização por parte do regime racista de Pretória em violação ostensiva e permanente de todas as regras que regem o convívio entre as nações, numa tentativa desesperada de perpetuar o regime vergonhoso do apartheid. Mas, é vão o seu intento de, como dizemos na Guiné, tapar o céu com as mãos. A certeza de ontem na vitória final, é a mesma de hoje como o são também a solidariedade combativa dos nossos povos que não recuarão perante sacrifícios, na luta comum pelo nosso ideal de justiça e de paz. Por outro lado, os povos da África do Sul e da Namíbia estão sujeitos à dominação duma minoria racista que põe em causa todos os princípios de justiça imprimindo ao nosso continente o estigma da liberdade incompleta.

As vanguardas revolucionárias desses povos — o ANC e a SWAPO — testemunhamos uma vez mais a nossa solidariedade combativa e o nosso empenhamento político em obrar para a solução de tal situação. Solução essa que para o caso da Namíbia passa pela aplicação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, repudiando assim toda e qualquer ligação com a presença das tropas internacionalistas Cubanas no solo angolano.

Em outros pontos do nosso continente registamos com apreensão o impasse, que jogos e pressões de toda a ordem, tentam impôr como solução definitiva. Em consonância com as pertinentes resoluções da OUA gostaríamos de relembrar que só as negociações directas entre as partes em conflito poderão fazer evoluir a situação no Sahara Ocidental e no Chade. Em relação ao Sahara Ocidental não seria demais reafirmar a posição dos nossos países no reconhecimento da RASD como membro de pleno direito da nossa organização continental, a OUA, porquanto a sua admissão foi consagrada em perfeita observância dos regulamentos desse organismo.

#### OFENSIVA DIPLOMÁTICA A FAVOR DE TIMOR-LESTE

**Camaradas Presidentes,**

**Camaradas e Amigos,**

A situação em Timor Leste mereceu uma reflexão cuidada e particular no quadro dos nossos trabalhos. Ao procedermos ao balanço das acções desenvolvidas diplomaticamente em apoio à República Democrática de Timor Leste e à vanguarda revolucionária, a FRETILIN, e constatamos que só o reforço e concentração

das nossas acções poderão conduzir aos resultados esperados. É nesse sentido que convém realçar o papel que cabe ao Governo Português no desbloqueamento da situação de ocupação ilegal daquele território pela Indonésia. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que o povo maubere possa viver no usufruto dos direitos que lhe advém como Nação. A auto-determinação e independência de Timor Leste serão assim os princípios norteadores da conjugada ofensiva diplomática que empreendermos.

Noutras paragens do globo a situação também é preocupante. É o caso do Médio Oriente e da América Central e Caraíbas. A nossa Conferência reafirmou uma vez mais os nossos princípios neste domínio que insistem entre outros no reconhecimento do direito inalienável dos povos a decidir livremente dos seus destinos e do sistema sócio-político que pretendem adoptar. No que concerne à situação no Médio Oriente, a condição indispensável para a paz nessa região é a solução do problema palestino que passa necessariamente pela existência dum Estado Palestino livre, e pela retirada das tropas estrangeiras de todos os Estados da região. Reiteramos também a nossa solidariedade à vanguarda revolucionária do povo palestino, a OLP e exortamos os seus combatentes a reforçar a coesão interna do Movimento.

#### Caros Colegas,

O mundo contemporâneo caracteriza-se pelas interdependências económica, política, cultural, entre os Estados do concerto das nações livres, por um lado, e pela participação desses Estados no circuito económico mundial, por outro lado.

Uma outra característica do mundo contemporâneo é a crescente e cada vez mais acentuada crise económica mundial, cujos reflexos negativos se fazem sentir fundamentalmente nas economias dos países em desenvolvimento.

Não é intenção nossa determo-nos aqui sobre as suas causas que são múltiplas, pois elas são sobejamente conhecidas.

A essa crise junta-se a desenfreada corrida aos armamentos, nomeadamente nuclear, que dado os seus custos fabulosos, faz agravar ainda mais a situação económica mundial. As somas dispendidas podiam ser canalizadas para os países em desenvolvimento, onde reinam a fome e outros inimigos do homem incompatíveis com o seu direito a uma vida decente.

Toda essa situação é devida, naturalmente, à ordem internacional vigente que favorece nitidamente os países desenvolvidos.

Daí, em nosso entender, a necessidade imperiosa da Comunidade Internacional, nomeadamente as Nações Unidas, assumir as suas responsabilidades, com vista à reestruturação das relações internacionais e consequentemente, à instauração de uma nova ordem internacional, ela deverá permitir, nomeadamente, a redução gradual do desequilíbrio existente entre o Norte cada vez mais desenvolvido e o Sul cada vez mais pobre, apesar das suas potencialidades em recursos naturais e a eliminação da política proteccionista praticada pelo Norte nas suas relações com o Sul. No entanto, as negociações Norte-Sul, nesse sentido, parecem estagnar-se.

Só uma actuação global, universalmente negociada, poderá tirar o mundo da crise e, por conseguinte, assegurar a sobrevivência da humanidade.

Essa actuação global e negociada foi objecto de várias tentativas.

Um exemplo recente, a este propósito, é a VI CNUCED, que foi mais um fracasso registado, particularmente pelos países do terceiro mundo na tentativa de diálogo com o mundo industrializado.

A crise económica mundial tem as suas raízes nos desequilíbrios e nas desigualdades estruturais que caracterizam o sistema económico internacional, em que os países em desenvolvimento são os mais afectados e cujo desenvolvimento se encontra gravemente ameaçado.

Pensamos que só uma acção conjunta a nível dos países em vias de desenvolvimento poderá permitir levar a cabo uma negociação positiva com o Norte,

# ira na sessão de encerramento rtação assenta na força política das nossas análises e opções

no sentido de se conseguir, entre outros, a reestruturação dos organismos financeiros internacionais, incluindo a revisão dos seus estatutos e princípios.

A este propósito, pensamos que o grupo dos 77 poderá desempenhar um importante papel.

Por outro lado, há um factor que, quanto a nós, poderá contribuir de forma importante para a modificação da situação existente — referimo-nos à cooperação Sul-Sul.

O reforço dessa cooperação irá permitir a diminuição das relações de dependência e fortalecer a nossa capacidade de negociar. No domínio da assistência técnica, por exemplo, um recurso cada vez maior à cooperação Sul-Sul, irá permitir, por um lado, a redução do fluxo financeiro em direcção ao Norte desenvolvido e, por outro, o aumento das nossas capacidades através do intercâmbio de experiências.

Também queremos referir no âmbito das possibilidades de reforço dessa cooperação, o incremento das trocas comerciais.

A cooperação no domínio do comércio externo reveste-se de uma importância particular, devendo, por conseguinte, merecer toda a nossa atenção e apoio, pois, a sua incrementação requer, necessariamente, o desenvolvimento da cooperação noutros domínios, nomeadamente, a dos Transportes, Seguros, Alfândegas, Banco e Finanças.

ma de acções concretas a executar em 1984.

Consideramos de grande importância a decisão de relançar o projecto de criação de uma instituição financeira comum como base para o desenvolvimento da nossa cooperação no domínio económico. No entanto, várias acções podem já ser empreendidas nos domínios das Finanças, Banca, Comércio, Transportes e Seguros conforme as recomendações adoptadas.

Tem também um papel de relevo, o programa concreto para 1984, da cooperação a desenvolver na área da formação de quadros. A nossa experiência destes poucos anos de independência, já confirmou a justiça das nossas preocupações da época da luta armada de formar quadros para que a luta tivesse continuidade. O investimento em recursos materiais não terá resultados se não for acompanhado pelo desenvolvimento dos recursos humanos. A racionalização das nossas políticas de formação destes últimos, num esforço conjunto, é quanto a nós, uma das grandes vitórias do nosso trabalho.

Não podíamos deixar de realçar a preocupação emergentes desta nossa Conferência, do incremento das nossas reações no domínio da cultura

Amílcar Cabral ao analisar o papel da Luta Armada de Libertação Nacional dimensionou-a correctamente como acto cultural e ao mesmo tempo um factor de cultura. Hoje, em que os problemas econó-

tratégia definida.

## TOTAL ABERTURA E IDENTIDADE DE PONTO DE VISTA

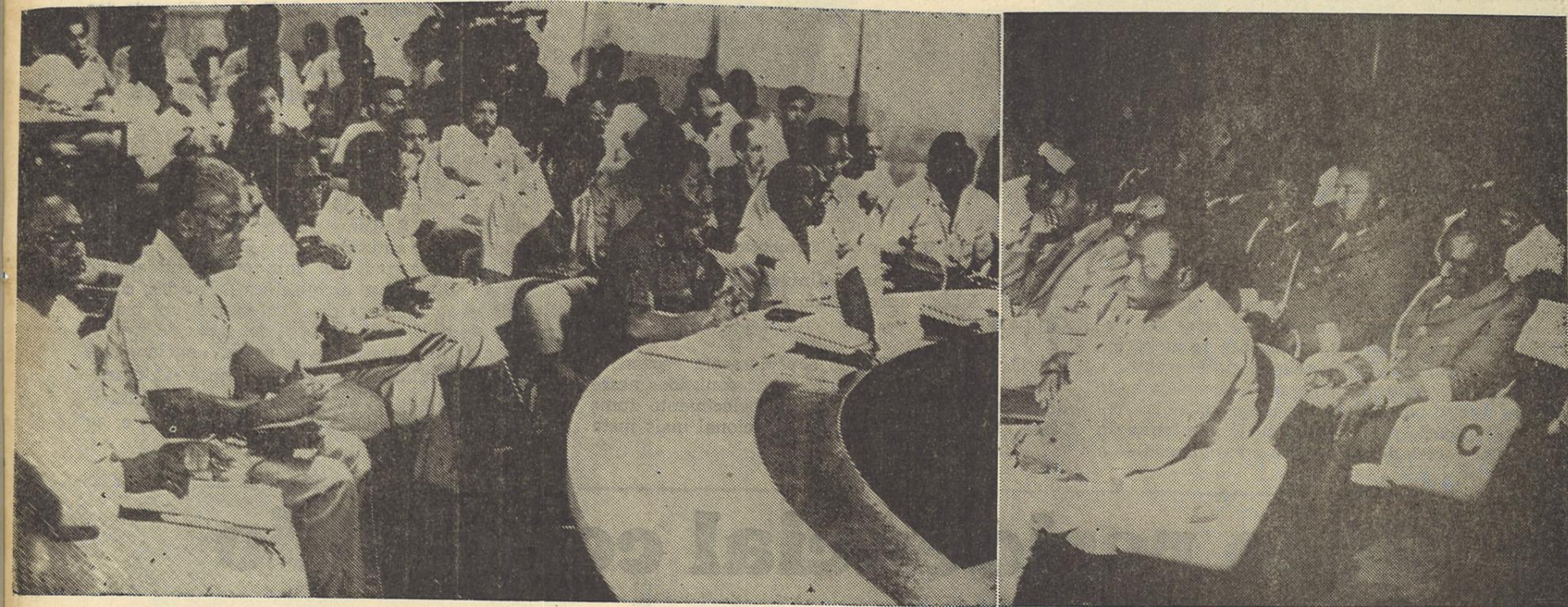
Camaradas Presidentes,

Camaradas e Amigos,

O longo e frutuoso diálogo que caracterizou os nossos trabalhos ao longo desta IV Conferência gerou os seus frutos, contidos nos diferentes documentos por nós aprovados. Esta discussão da nossa cooperação demonstrou a total abertura e identidade de pontos de vista que marcaram este fórum. No quadro da cooperação multilateral entre os países de língua oficial portuguesa, a Guiné-Bissau ficou encarregada das tarefas de coordenação das acções programadas.

Uma vez mais manifestamos a nossa vontade de proceder em conformidade com a confiança que deixa transparecer a vossa escolha, reafirmando o meu empenho pessoal na concretização das acções em vias de serem empreendidas.

Fiéis à palavra de ordem de Amílcar Cabral — Lutar para poder unir e unir para poder lutar melhor — a Guiné-Bissau empenhar-se-á profundamente na materialização da cooperação entre os nossos cinco países que constitui o traço de união mais significati-



É evidente que a materialização desses objectivos passa primeiramente por um conjunto de medidas e esforços a nível de cada País, sem no entanto, ignorar a contribuição que os organismos internacionais vocacionados poderão prestar, como, por exemplo, a C.N.U.C.E.D., o GATT.

É também no quadro dessa cooperação Sul-Sul que poderemos encarar o reforço da cooperação entre os nossos cinco países.

Queremos realçar, a enorme satisfação que sentimos, ao constatar que à vontade política de tornar realidade essa cooperação, vão-se associando, dia após dia, o planejar e realizar de acções concretas nesse sentido. O ano de 1983 marcou, quanto a nós, o início da aplicação de uma estratégia traçada com base na profunda identidade de opções político-ideológicas.

Nos domínios estabelecidos pela nossa III Conferência como prioritários, as diversas sub-comissões de trabalho criadas, para além de iniciativas já concretizadas propuzeram, e nós adoptámos, um progra-

micos quase que se impõem às outras áreas de actuação, a preocupação de não descurar a questão cultural no conjunto das nossas preocupações, revela em si, a decisão de respeitar as opções de fundo que orientam as políticas por nós adoptadas.

Tal como durante as nossas Lutas de Libertação Nacional, saberemos aliar à ousadia o realismo de modo a transformar as nossas fraquezas em forças e impulsionar de forma decisiva a marcha dos nossos povos para o progresso.

Tal como ontem, quando éramos apontados como Movimentos de Libertação exemplares no quadro da Luta de Libertação dos povos oprimidos, hoje queremos ser um grupo de países, cuja amizade e cooperação possa ser apontada como um exemplo para os povos que lutam do nosso lado da trincheira.

Partiremos desta Conferência com a firme disposição de, não só implementar a aplicação das decisões aqui tomadas, mas também, procurar, ao longo do tempo que iremos coordenar a acção dos «CINCO», novas formas de actuação que se enquadram na es-

vo entre os nossos povos.

Camaradas e Amigos,

Não queremos terminar estas nossas palavras sem pedir a vossa compreensão para as falhas que certamente não deixaram de se verificar tanto ao que concerne ao acolhimento como a organização da nossa Conferência, insuficiências que decorrem dos condicionamentos impostos pela situação económica difícil que atravessa a Guiné-Bissau.

A nossa amizade e solidariedade que se cristalizou ao longo destes dias de trabalho comum, justifica a emoção que sentimos no momento em que nos preparamos para nos separarmos fisicamente, de velhos companheiros de luta, cuja presença no nosso país constitui uma grande alegria e orgulho para os nossos povos.

Que o reforço da nossa Unidade encontre o eco que merecem os povos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe irmanados na luta permanente pela paz e pelo progresso

# Resoluções e recomendações

(Continuação Pág. na 3)

44. — Em relação a El Salvador, a Conferência expressou a sua solidariedade para com a luta levada a cabo pelo seu povo para o restabelecimento da liberdade e da democracia no país.

45. — A Conferência apelou para uma solução urgente do conflito fratricida que opõe o Irão e o Iraque, pondo em perigo a paz e a estabilidade na Região do Golfo e prejudicando a unidade e a coesão interna do Movimento dos Não-Alinhados.

46. — Os Chefes de Estado congratularam-se pela realização, em Março do corrente ano, da VII Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados, um dos maiores êxitos na história do Movimento, que lhe permitiu sair mais forte, mais coeso e mais apto a contribuir positivamente na busca de soluções satisfatórias pa-

promoção de medidas concretas com vista ao desenvolvimento das relações Sul-Sul, ao efectivo estabelecimento do diálogo Norte-Sul e à criação das premissas indispensáveis à instauração da Nova Ordem Económica Internacional.

48. — Os Chefes de Estado consideraram, a este respeito, como um factor importante na satisfação dessas exigências vitais para o futuro da humanidade, o reforço constante do Movimento dos Não-Alinhados, da sua coesão interna e do seu papel de instrumento fundamental de promoção da paz, da emancipação global dos povos dominados, de soluções justas e pacíficas aos problemas internacionais e de uma nova ordem mundial.

49. — Os Chefes de Estado consideraram indispensável o reforço da cooperação económica entre os países em vias de desenvolvimento cujos pa-

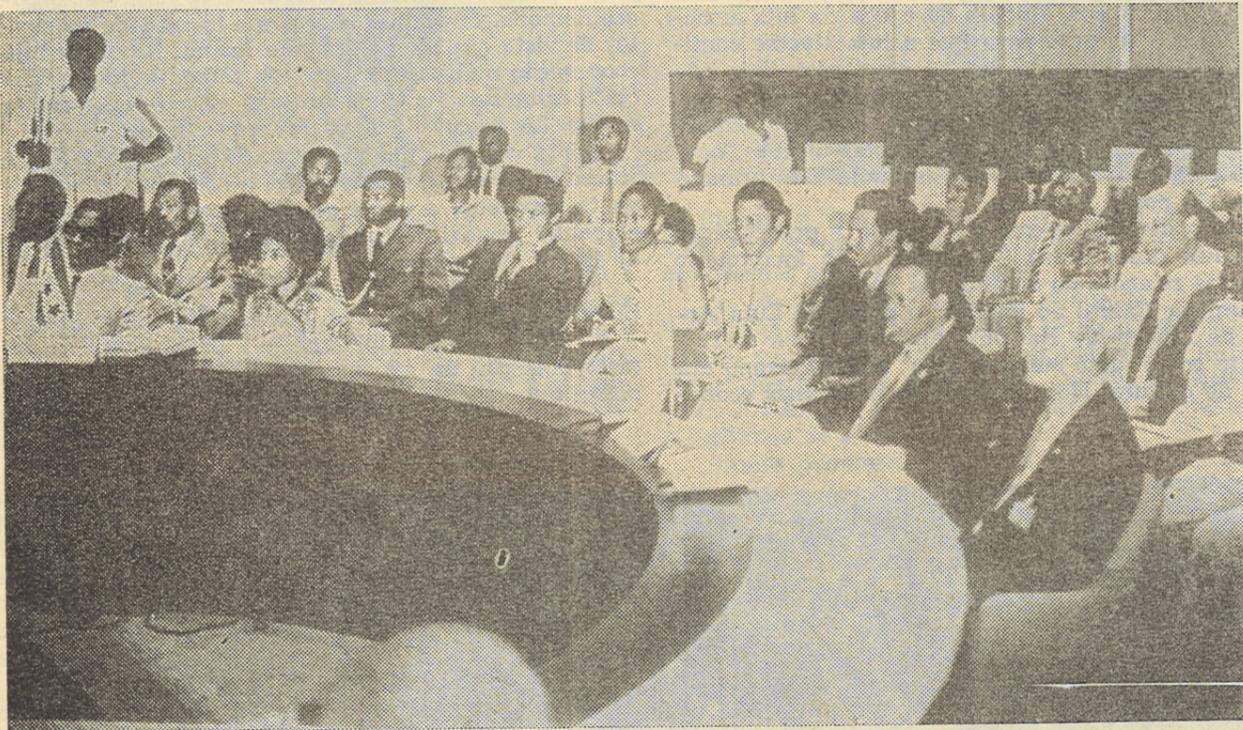
50. — Tendo analisado a contribuição histórica dada ao Movimento universal de emancipação pelos seus respectivos povos e vanguardas políticas assim como o papel de realce desempenhado por estes no desenvolvimento do processo de libertação completa do continente africano, de que foram os arquitectos de um dos capítulos mais assinaláveis, que inaugurou a etapa final da independência total dos povos africanos, os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de reforçar cada vez mais as relações multiformes, o apoio e a solidariedade militantes para com os movimentos de libertação nacional e outras forças progressistas actuando em África e no resto do mundo, contra o imperialismo, colonialismo, o neocolonialismo, o racismo, a discriminação racial, o *apartheid* e o sionismo.

51. — A Conferência decidiu, no termo dos seus trabalhos, felicitar a República de Cabo Verde, na pessoa do seu Presidente, S. E. Aristides Maria Pereira, pela valiosa contribuição dada ao fortalecimento das relações de cooperação entre os «Cinco», pela implementação das decisões tomadas na III Conferência, bem como saudara a dedicação e empenho militantes postos ao serviço da unidade e da solidariedade no seio do Grupo.

52. — Os Chefes de Estado da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe exprimiram o seu profundo agradecimento ao povo e Governo da República da Guiné-Bissau, na pessoa do seu Presidente, S. E. General de Divisão João Bernardo Vieira, pela calorosa hospitalidade de que foram alvo e pelo clima de fraternidade que muito contribuíram para o êxito da Conferência.

53. — A Conferência adoptou por aclamação a proposta apresentada por S. E. José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola, de reunir a V Conferência dos Chefes de Estados de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe na cidade de S. Tomé, no decurso de 1984.

54. — A IV Conferência dos Chefes de Estado da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decorreu num clima de franca amizade e de serenidade militantes, e foi caracterizada por uma total identidade de pontos de vista sobre as questões debatidas, constituindo, à semelhança das anteriores, um marco importante no fortalecimento dos laços de fraternidade e de luta que unem os povos angolano, caboverdeano, guineense, moçambicano e santomense, e mais uma nova e decisiva etapa na caminhada comum destes povos irmãos rumo à paz e ao progresso social.



Aspecto de sessão de trabalhos, no salão nobre do Ministério dos Negócios Estrangeiros

ra os inúmeros problemas, conflitos e tensões que caracterizam a actual conjuntura mundial.

47. — Como única alternativa à crise generalizada com que confrontam as nações do globo e a alarmante deterioração das relações internacionais, os Chefes de Estado reafirmaram a necessidade de respeito estrito pela legalidade internacional, o reforço da eficácia do papel da ONU, a eliminação de todas as forças de dominação e exploração e a

râmetros se encontram definidos na Plataforma de Buenos Aires, apresentada à IV CNUCED pelo Grupo dos 77.

Os Chefes de Estado consideraram necessária a implementação das medidas preconizadas nesse documento como via para o estabelecimento duma Nova Ordem Económica Internacional mais justa e equitativa.

## Bloco residencial concluído

As empresas construtoras privadas acabaram de executar mais uma «obra relâmpago», sita junto à Presidência do Conselho da Revolução, em Bissau. Trata-se das novas residências presidenciais para os hóspedes da IV Cimeira dos países africanos de expressão oficial portuguesa, cujas chaves foram entregues no fim da tarde da passada quinta-feira.

Estas obras do complexo residencial foram iniciadas em fins de Maio do corrente ano, sob a coordenação do Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo (MOPCU), e executadas só por empreiteiros e técnicos na-

cionais, nomeadamente Construtora Limitada, Construtora Africana, Socogel e Urbagui, em tempo recorde de seis meses, a um ritmo que exigiu a todas as empresas com a excepção da Urbagui a trabalhar 24/24 horas divididas em turnos.

Este complexo que é constituído de quatro blocos residenciais independentes, orçaram em cerca de 48 milhões de pesos, tendo cada um custado 12 mil contos. Cada bloco é formado de duas suítes, uma para o Presidente, que inclui um hall de entrada, uma sala comum dividida em cinco partes, uma para sala de jantar e outra

para o gabinete de trabalho, um bar e um quarto de dormir com a respectiva casa de banho privada. A segunda suíte destinada aos acompanhantes, é igualmente composta de um hall de entrada, três quartos de dormir com as respectivas casas de banho, uma sala de jantar com um bar.

Entretanto, em entrevista feita pelo nosso repórter aos principais responsáveis das quatro empresas construtoras, estes foram unânimes em afirmar que as principais dificuldades que tiveram no decorrer dos trabalhos, foram os atrasos registados na chegada dos materiais

provenientes do estrangeiro e falta de coordenação entre os responsáveis das Obras Públicas com os empreiteiros nacionais no que toca a materiais importados.

Ainda os empreiteiros nacionais afirmaram que houve dificuldades, porque os seus operários não têm grande formação, para arcar com uma obra do género, sendo para alguns a primeira vez que participam em obras de tipo, como a Socogel e Urbagui.

Um outro assunto abordado pelo nosso repórter e que foi respondido pelo empreiteiro Mateus Sanhá, foi o problema do concurso, tendo indicado que entre as

empresas, nunca chegou a ser estabelecido um concurso por parte do MOPCU. Ficou estabelecido, deste modo, atribuir um prémio de 10 mil pesos aos quatro melhores trabalhadores de cada empresa, que seria pago pelas Obras Públicas.

Por outro lado, o nosso repórter abordou também, o engenheiro responsável pela coordenação das obras, camarada Armando Na Pok, que participa pela primeira vez num trabalho de género. Disse que «houve força de vontade por parte dos trabalhadores embora tenham surgido algumas dificuldades».

Acrescentou ainda que «até aqui este facto ser-

viu-nos de experiência, para as futuras obras de grande envergadura».

Instado sobre a participação das empresas construtoras estrangeiras no país, o camarada Armando Na Pok diria que «embora as empresas nacionais tenham demonstrado grande capacidade de trabalho, não podemos afirmar que os concursos das construtoras estrangeiras não sejam necessárias, porque são essas mesmas empresas estrangeiras que podem servir de superação aos nossos operários, quando as suas empresas participam ao lado desses nas execuções de algumas obras maiores».

# Programa de acção para 1984

Tendo apreciado os relatórios de actividades

- Transportes;
- Direito, Justiça e Administração;
- Formação de Quadros;
- Comércio Externo;
- Finanças, Banca e Seguros.

Apresentados na II Reunião da Comissão Ministerial Preparatória da IV Conferência dos Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, nos termos do Artigo 18, alínea e) do Regimento Interno da Comissão.

A IV Conferência adoptou o seguinte Programa de Acção para o ano de 1984.

## TRANSPORTES

1. Troca de visitas entre Delegações dos operadores aéreos dos cinco países.

1.1. Encontro entre os operadores aéreos e representantes das Direcções Gerais da Aeronáutica Civil dos cinco países em Maputo, na 2.ª quinzena de Fevereiro de 1984 para:

a) Estudo do tráfego aéreo entre os cinco países.

b) Aprofundamento de questões relativas à Formação Profissional, Cooperação Técnica e harmonização da Legislação.

c) Apreciação dos Acordos tipo bilaterais para efeitos de sua actualização.

2. Troca de visitas entre Delegações dos Operadores Marítimos dos cinco países, com base nas informações fornecidas pelo Sector do Comércio.

2.1. Encontro entre os Operadores Marítimos e representantes das Autoridades Marítimas e Portuárias dos cinco países em Mindelo, de 23 à 27 de Fevereiro de 1984, para:

a) Estudo de Tráfego Marítimo entre os cinco países.

b) Aprofundamento de questões relativas à Formação Profissional, Cooperação Técnica e harmonização de Legislação.

c) Apreciação dos Acordos tipo bilaterais para efeitos de sua actualização.

3. Consultas mútuas e troca de informações frequentes sobre as actividades no Sector, nomeadamente no respeitante a experiências com terceiros.

4. Reunião da sub-comissão de Transportes no terceiro trimestre de 1984.

## DIREITO, JUSTIÇA E ADMINISTRAÇÃO

1. Cumprimento do Programa de Cooperação Técnica adoptado no encontro realizado na cidade da Praia, República de Cabo Verde.

2. Realização na República Democrática de S. Tomé e Príncipe, no primeiro semestre de 1984, de uma reunião com especial incidência no sector e com a ordem do dia adoptada pela sub-comissão de Direito, Justiça e Administração na reunião tida em 14 de Dezembro de 1983 em Bissau, sob a Presidência de S.E. Manuel Vaz, Ministro da Justiça da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

3. Estudo da realidade da realização, em Maputo, República Popular de Moçambique, no decorrer do 2.º semestre do ano 1984, de um seminário sobre Justiça, Direito e Administração.

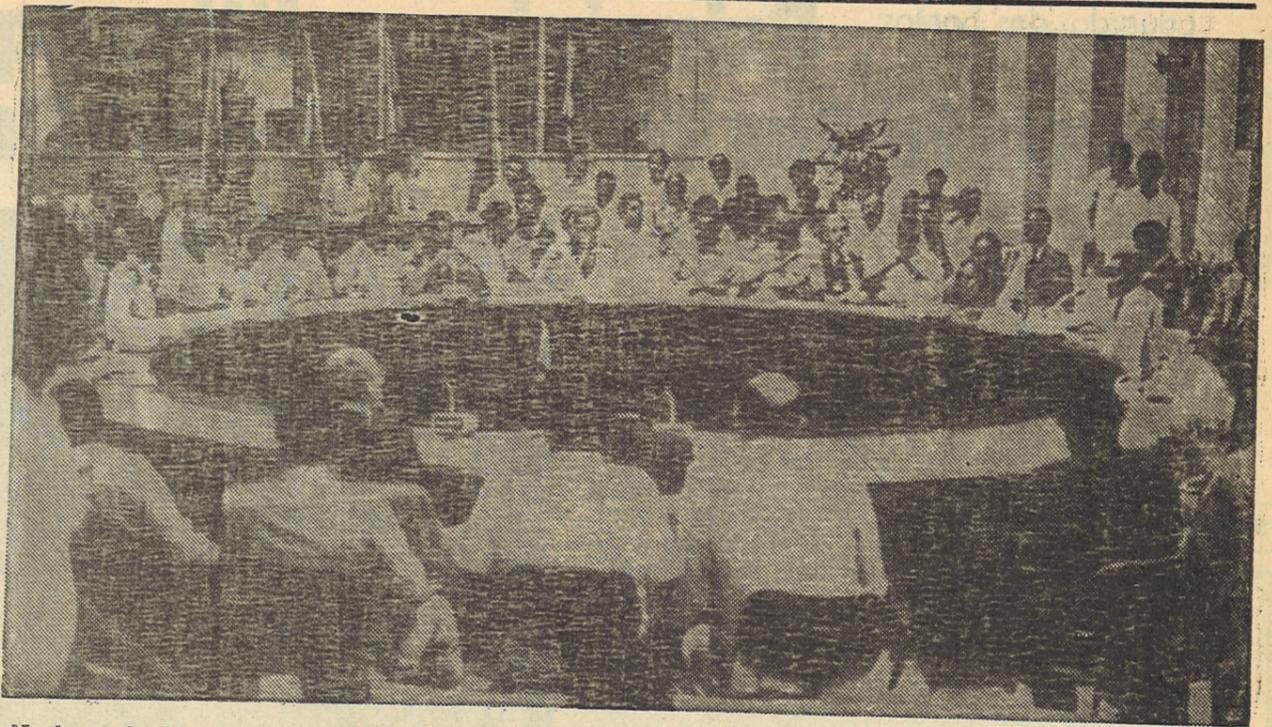
As delegações dos cinco países deverão pronunciar-se sobre este ponto até 30 de Março de 1984.

4. Resposta, no mais curto espaço de tempo, à proposta apresentada pela República de Cabo Verde, de se realizar, em Cabo Verde, um curso de aperfeiçoamento na área da Administração pública.

## FORMAÇÃO DE QUADROS

1. Realização da reunião da subcomissão na segunda quinzena de Abril de 1984, com vista à discussão e assinatura do acordo de Cooperação Cultural e Técnico-Científico entre os cinco países. A Guiné-Bissau apresentará aos restantes países a proposta do projecto durante os primeiros meses de 1984.

2. A apresentação por cada país na próxima reunião da subcomissão de um levantamento detalhado das potencialidades existentes de aproveitamento das instituições de Formação de Quadros.



Na base do levantamento preliminar foram apresentadas as seguintes propostas:

- Cabo Verde está disposta a receber seis elementos de cada país, para frequência do curso de aperfeiçoamento em Administração Pública.

- Guiné-Bissau ofereceu um total de 12 bolsas de Estudo para Formação de Professores, Formação Profissional e Formação em Secretariado e Contabilidade.

- Moçambique ofereceu um total de 15 bolsas à Formação Técnico Profissional, Formação de Professores para o ensino Técnico Profissional; a nível de Formação universitária ofereceu 20 bolsas à Guiné-Bissau, cinco à Cabo Verde e 5 à S. Tomé e Príncipe que já estão a ser utilizadas.

3. Sobre as possibilidades da assistência técnica com recurso à Técnicos dos cinco, cada país deverá informar o Presidente da subcomissão, dos estudos que pretende realizar, devendo os países consultados informar das suas disponibilidades em técnicos qualificados para tal.

Esta acção visa valorizar os recursos humanos dos nossos países e minimizar os custos da assistência técnica internacional.

## 4. TROCA DE DELEGAÇÕES

- Moçambique convidou uma delegação de cada um dos países para conhecimento das experiências que tem levado a cabo no domínio da formação técnica profissional e formação de professores. De imediato, tendo em conta que Moçambique leva a cabo no último trimestre de 1984 um seminário sobre «Perspectivas do Desenvolvimento da Formação Profissional nos próximos 10 anos», foi formalizado o convite a cada um dos países;

- S. Tomé e Príncipe convidou cada um dos países para participarem na 2.ª Jornada Científica e Pedagógica a ter lugar em Maio de 1984;

- Em relação aos restantes países foram apresentados convites que serão formalizados oportunamente;

5. Dinamização do funcionamento do Grupo de Trabalho sobre Formação Industrial, contactando desde já a ONUDI pela implementação das acções já iniciadas.

6. Troca de experiência no domínio Desportivo Escolar, através da participação nos jogos escolares que cada país leva a cabo.

Adoptou-se a alteração da disposição da sub-comissão de Formação de Quadros para SUBCOMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO, FORMAÇÃO DE QUADROS E ACÇÃO CULTURAL, ampliando seu âmbito de acordo com a necessidade de intensificar o intercâmbio de experiência e realizações nestas três áreas entre os cinco.

## COMÉRCIO EXTERNO

a) Estabelecimento de acordos comerciais bilaterais entre os países que ainda não o tenham feito até ao final do 1.º semestre de 1984.

b) Troca de missões comerciais até finais do 1.º trimestre de 1984.

c) Troca de informação de volumes de carga de importação e exportação por origens e destinos referentes aos cinco países até 31 de Dezembro de 1983.

Este trabalho destina-se à análise da viabilidade da criação de carreiras marítimas regulares entre os cinco.

d) Troca de informações periódicas de carácter comercial.

e) Utilização conjunta dos serviços das Empresas e representações comerciais no exterior pertencente a cada um dos países.

Esta utilização abrange também a área dos transportes, tendo-se decidido que as empresas do comércio externo devem coordenar com as empresas transportadoras de cada outro país dando preferência de atribuição de transportação às empresas dos países do Grupo dos cinco desde que em igualdade de circunstâncias com outros interessados.

## FINANÇAS, BANCA E SEGUROS

### 1. SEGUROS

#### FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- Troca de planos anuais de formação entre os cinco até 30 de Janeiro de cada ano.

- Elaboração e apresentação do projecto do programa de um curso de Gestão por fases até 31 de Março de 1984, para apreciação dos restantes países - Cabo Verde.

- Apresentação de um projecto de programa de Formação em matéria de prevenção até 31 de Março de 1984 - Cabo Verde.

### 2. RESSEGURO

- Estudo de novas formas de resseguro que melhor sirvam os cinco países - Angola.

### 3. BANCA

#### a) ACÇÕES CONJUNTAS NOS MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS

- Acompanhamento do processo em curso referente à criação de uma instituição financeira comum.

- Obtenção de um estudo preliminar que será executado pela NOEI, cujo trabalho deverá ser entregue durante o mês de Março de 1984.

- O Grupo de Trabalho elaborará um relatório contendo propostas concretas sobre a criação do Banco Conjunto, documento que deverá ser apresentado até fins de Maio de 1984.

#### b) FORMAÇÃO

- Os Representantes das subcomissões deverão apresentar em cada sessão um tema versando sobre assuntos técnicos e de interesse, para discussão e esclarecimento.

#### c) ACÇÕES COMUNS

- Organização de trocas de experiência bem como da Legislação e documentação no domínio da duração da economia e sobre questões financeiras, monetárias e aduaneiras e de seguros.

- Neste domínio deve institucionalizar-se a oferta e procura de cooperação, devendo cada país informar sobre possibilidades e necessidades, nomeadamente no campo da formação de quadros.

- Sobre a Legislação, cada país deve promover o ensino periódico dos diplomas publicados sobre matérias que mais interessam a subcomissão enviando os principais diplomas já publicados aos restantes países até 31 de Março.

- Acerto periódico de ideias e de posições, face à organizações de que fazem parte todos ou parte dos cinco países, tais como FMI, o PAD, a SADCC, África RE e outras organizações internacionais e resseguradoras comuns.

- A próxima reunião da subcomissão terá lugar na República Popular de Moçambique, tendo-se acordado, em princípio se realizará na primeira quinzena de Junho de 1984.

Eduardo dos Santos:

# Princípios políticos que nos ligam são mais fortes do que a geografia que nos separa

Durante alguns dias a cidade de Bissau foi centro das atenções dos nossos povos e de todos aqueles que no mundo seguem com interesse a evolução da situação política do nosso continente.

Ilustres representantes de Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e de Moçambique analisaram mais uma vez os problemas mais prementes que afectam os respectivos povos, estabeleceram a concertação necessária para adopção de posições políticas comuns.

A generosa população desta cidade, em representação do povo da Guiné-Bissau, mostrou-se à altura deste importante acontecimento, tributou-nos uma fraterna e calorosa recepção e exprimiu com muito carinho e alegria os seus sentimentos de amizade e a sua tradicional hospitalidade a todos os delegados.

A nossa breve estadia nesta capital permitiu-nos não só sentir o calor revolucionário e humano do povo guineense, mas também conhecer alguns aspectos importantes da sua vida. Com elevado interesse visitamos a exposição fotográfica que nos recordou passagens brilhantes da história da luta de libertação; com imenso prazer ouvimos as canções e a música, vimos maravilhosas peças de artesanato e belas danças do vosso povo executadas por jovens artistas, que testemunham os esforços empreendidos na valorização da cultura popular.

Constatamos com apreço o esforço que tiveram de desenvolver para que fosse possível realizar esta Cimeira. Aliás, sem as condições materiais e técnicas que criaram não teria sido possível terminar hoje com êxito os trabalhos.

A síntese de tudo que vimos e ouvimos traduz a determinação do vosso povo em vencer as dificuldades actuais para edificar, sob a direcção do seu Partido de vanguarda e do camarada presidente Bernardo Vieira, uma sociedade de paz e progresso que garanta a felicidade de to-

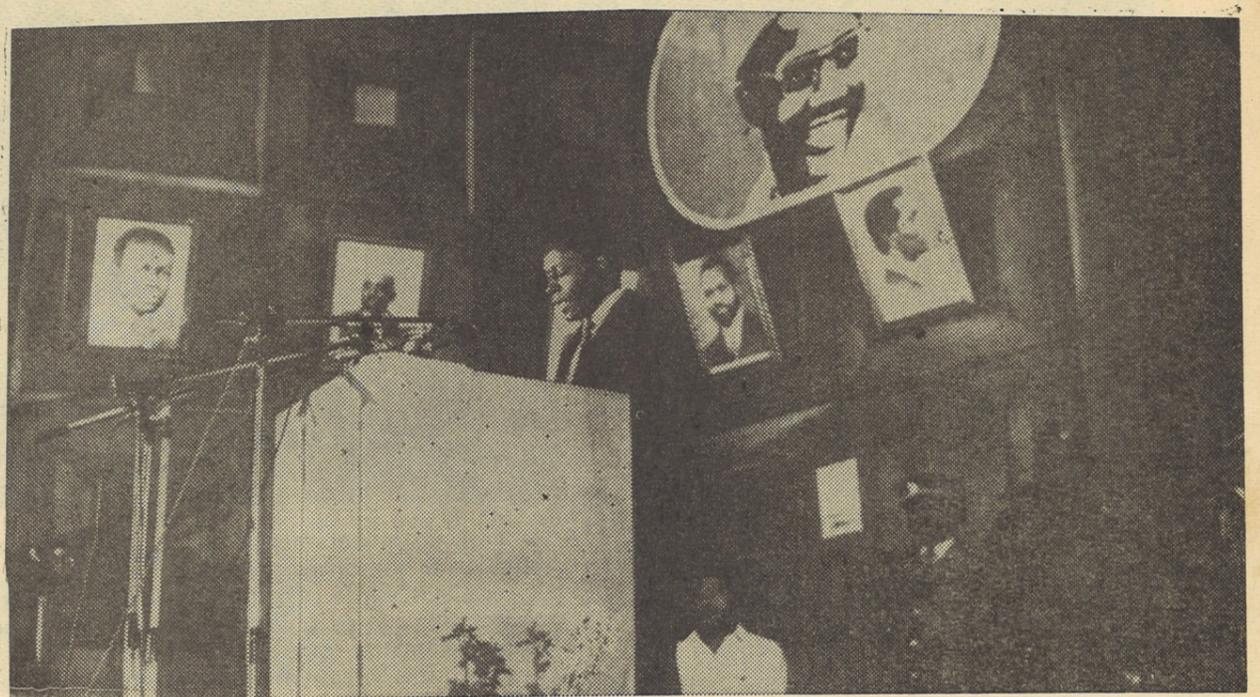
dos os cidadãos.

Deslocação ao Mausoléu constituiu para todos nós um momento mais alto de evocação da memória do imortal Amílcar Cabral e de todos os heróis que deram as suas vidas ou se sacrificaram para que a Guiné fosse livre e soberana. Nessa ocasião recordamos também os seus companheiros de arma, Eduardo Mondlane e Agostinho Neto, cujo legado revolucionário nos inspira a confiança na luta contra o nosso inimigo comum e nos orienta tanto na busca de soluções para os imensos problemas que nos afligem como na consolidação da nossa unidade de pensamento e de acção.

Os resultados já obtidos mostram que seria errado deixar perder na história a experiência comum de um passado recente em que coordenamos nossa acção através da CONCP para libertarmos as nossas pátrias do jugo colonial. Esta excelente experiência adaptada às novas condições dos nossos países começa a dar os seus frutos e demonstra que os seus forjadores estavam de facto no caminho certo. Ao terminarmos a nossa IV Cimeira podemos concluir que as perspectivas do nosso trabalho são cada vez melhores.

A institucionalização de mecanismos de cooperação multilateral em vários domínios que temos efectuado desde a proclamação das nossas independências, tem permitido aprofundar a discussão dos problemas comuns que enfrentamos na base de compreensão mútua e espírito militante e encontrar as soluções adequadas que garantam o reforço dos laços tradicionais de amizade e solidariedade entre os nossos povos.

É justamente em torno da solução dos problemas concretos que os nossos países vivem nos domínios político, militar, económico, social, cultural e outros que, estou certo, continuaremos a cimentar a nossa unidade na luta por uma cooperação mutuamente vantajosa e exemplar e



pela paz e progresso social dos nossos povos.

Em todas as fases de luta as consultas políticas, a troca de experiência e a harmonização de pontos de vista sobre a táctica e estratégia para fazer face aos ataques de inimigos comuns foram meios que reforçaram a solidariedade recíproca de combate e o nosso espírito internacionalista e levaram-nos a alcançar êxitos sobre o colonialismo e o imperialismo.

Não foi apenas a língua oficial comum, a cor da pele ou a cultura africana que nos uniram no âmbito da CONCP. Não são apenas estes factores que nos unem também hoje. Foram os princípios políticos e uma actuação prática comum que tornaram possível o papel coordenador da CONCP na luta vitoriosa que travámos contra o colonialismo português. São também os princípios políticos idênticos aplicados à realidade concreta de cada um dos nossos países hoje que constituem a base dos mecanismos da cooperação que estamos montando para coordenar acções e concertar políticas no combate contra os vestígios do colonialismo e na resolução dos problemas do subdesenvolvimento.

Temos consciência que os nossos países estão inseridos em contextos regionais diferentes vivendo os problemas

específicos das suas áreas respectivas. Porém, os princípios políticos que nos ligam são mais fortes do que a geografia que nos separa.

Angola e Moçambique, por exemplo, que se encontram na África Austral, numa das áreas mais tensas do Globo, estão sujeitos a uma guerra de agressão não declarada movida pelo regime racista da África do Sul e encorajada sobre todos os aspectos por algumas potências ocidentais não podendo por isso desfrutar ainda da paz necessária para a Reconstrução Nacional.

Nessa guerra a África do Sul racista comete actos de agressão utilizando o seu exército regular e os bandos fanáticos que treina militarmente, arma, munícia e transporta para levar a cabo acções de terrorismo e banditismo contra as populações civis, e de destruir as infraestruturas e objectivos económicos. Com essas acções agressivas, o regime racista de Pretória pretende impedir ou dificultar a organização da vida dos nossos territórios e demonstrar diante da opinião pública internacional uma aparente incapacidade dos nossos partidos para resolvermos os problemas da reconstrução Nacional e provocar o descontentamento do povo a prazo criando condições para o avanço da subversão com a intenção de aniquilar a

Revolução e exercer o seu domínio político e económico sobre os nossos povos.

Para fazermos face a guerra de agressão que nos é imposta somos obrigados a desviar uma grande parte dos nossos recursos financeiros e da força de trabalho para o reforço da nossa capacidade defensiva. Se esses recursos pudessem ser canalizados para resolução de problemas económicos e sociais levariam, com certeza, a uma melhoria significativa das condições de vida dos nossos povos e uma maior participação nos projectos de cooperação económica com outros países do nosso continente.

Temos manifestado sempre o nosso desejo de paz, pois que fazemos a guerra para nos defendermos de uma guerra injusta e imposta. Nesse sentido, não temos regateado esforços e desenvolvemos acções diplomáticas concretas na procura de uma solução justa para o problema da Namíbia na base da resolução 435 e para a abolição do apartheid.

Temos consciência de que a paz e o desenvolvimento económico na África Austral estão intimamente ligados. A guerra é o principal obstáculo a vencer para que os nossos povos possam em toda a plenitude trilhar os caminhos de desenvolvimento e do bem-estar.

Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau muito embora não se vejam confrontados com qualquer conflito armado têm de fazer face às calamidades naturais como a seca que constitui uma série de dificuldades e pesada herança colonial que tem condicionado a concretização dos seus programas económicos.

Apesar desses problemas difíceis que atinge os nossos países encaramos o futuro com optimismo, temos confiança na determinação e na força dos nossos povos e estamos certos que sob a direcção das suas vanguardas políticas, alcançaremos novos êxitos e vitórias sobre o imperialismo, o neocolonialismo e o apartheid.

As Suas Excelências, os Presidentes das Repúblicas de Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe.

Agradeço a honra que me concederam para em vosso nome e no meu próprio, pronunciar palavras de reconhecimento e apreço à Sua Excelência o Presidente da República da Guiné-Bissau, ao heróico povo guineense e ao seu Partido pelas condições criadas que nos permitiram passar momentos de alegria e de trabalhos frutuosos em prol da nossa causa comum. Desejo votos ardentemente de êxito e prosperidade ao povo irmão da Guiné-Bissau.

FICHA TÉCNICA - JORNAL «NÓ PINTCHA»: AV. DO BRASIL, C.P. 154 - BISSAU

DIRECTOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintino

REDACÇÃO: Aniceto Alves, António Tavares, Baltazar Bebiano, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Tchalles, Pedro Albino, Simão Abina. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchudá, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.